

SUMÁRIO

1. UM OLHAR PARA TRÁS	19
1.1. O CASAMENTO COMO SACRAMENTO	20
1.2. O CASAMENTO COMO INSTITUIÇÃO	21
1.3. VÍNCULOS PARENTAIS	23
1.4. NOVOS PARADIGMAS	24
1.5. AVANÇOS VAGAROSOS	25
1.6. RELAÇÕES DE GÊNERO	27
2. VALOR JURÍDICO DO AFETO	31
2.1. O RETRATO DA FAMÍLIA	31
2.2. O FIM DO SONHO	33
2.3. O ELEMENTO IDENTIFICADOR DOS VÍNCULOS FAMILIARES	35
2.4. FILHOS DO AFETO	39
3. A BUSCA DA PARENTALIDADE	47
3.1. UM NOVO CONCEITO	47
3.2. QUEM SOU EU?	48
3.3. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	50
3.4. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	53
4. FILIAÇÃO BIOLÓGICA	57
4.1. ORIGEM	57
4.2. PRESUNÇÕES LEGAIS	60
5. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	65
5.1. VÁRIAS VERDADES	65

5.2. PARENTALIDADE	69
5.3. POSSE DE ESTADO DE FILHO	70
5.4. FILHO DE “CRIAÇÃO”	75
5.5. PARENTESCO POR AFINIDADE	75
5.6. MULTIPARENTALIDADE	76
5.6.1. Procedimento administrativo	77
5.7. INCLUSÃO DO SOBRENOME DO PADRASTO OU MADRASTA	78
5.8. ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO	80
5.9. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	81
6. FILIAÇÃO HOMOPARENTAL	85
6.1. DIREITO À FILIAÇÃO	85
6.2. ASPECTOS REGISTRAIS	86
6.3. LICENÇA-NATALIDADE	89
7. GUARDA OU CONVIVÊNCIA?	91
7.1. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	91
7.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	93
7.3. CÓDIGO CIVIL	94
7.4. CONVIVÊNCIA ALTERNADA E RESIDÊNCIAS COMPARTILHADAS	99
7.5. CONVIVÊNCIA COMPARTILHADA	100
7.6. CUSTÓDIA UNILATERAL	105
7.7. PARENTALIDADE E COPARENTALIDADE	107
7.7.1. Família coparental	108
7.8. COMPARTILHAMENTO DOS ENCARGOS PARENTAIS E PLANO DE PARENTALIDADE	109
8. AVERIGUAÇÃO INOFICIOSA DA PATERNIDADE	113
8.1. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	113
8.2. AÇÃO DE AVERIGUAÇÃO DA PATERNIDADE	114
9. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	123
10. AÇÕES DE FILIAÇÃO	129
10.1. CONTEXTO LEGAL	129
10.2. NATUREZA JURÍDICA	130

10.3. DISTINÇÕES	131
10.4. COMPETÊNCIA	134
10.5. LEGITIMIDADE	135
10.6. OBJETO E PROVA	137
10.7. ÔNUS PROBATÓRIOS	138
10.8. SENTENÇA E COISA JULGADA	140
10.9. PRAZOS PRESCRICIONAIS	142
11. DO ACOLHIMENTO À ADOÇÃO	145
11.1. UM CALVÁRIO COM O NOME DE PROTEÇÃO	145
11.2. ENTREGA VOLUNTÁRIA	147
11.2.1. Procedimento	150
11.3. TENTATIVA DE MANUTENÇÃO NA FAMÍLIA NATURAL	153
11.4. BUSCA DA FAMÍLIA EXTENSA	155
11.5. COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA OU ADOTIVA	157
11.6. FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	159
11.7. APADRINHAMENTO	161
11.8. INSTITUCIONALIZAÇÃO: ÚLTIMO RECURSO	162
11.9. CADASTROS	165
11.10. HABILITAÇÃO À ADOÇÃO	168
11.10.1. O filho idealizado	170
12. ADOÇÃO	173
12.1. UMA TRISTE REALIDADE	173
11.2. ASPECTOS LEGAIS	177
12.3. NATUREZA JURÍDICA	182
12.4. ADOÇÃO CONJUNTA	184
12.5. ADOÇÃO INDIVIDUAL	186
12.6. ADOÇÃO UNILATERAL	187
12.7. ADOÇÃO ANAPARENTAL	191
12.8. ADOÇÃO REGISTRAL OU “À BRASILEIRA”	191
12.9. ADOÇÃO DIRETA, PERSONALÍSSIMA, CONSENTIDA OU <i>INTUITU PERSONAE</i>	194
12.10. ADOÇÃO HOMOPARENTAL	199

12.11. ADOÇÃO MULTIPARENTAL	201
12.12. ADOÇÃO DE NASCITURO	202
12.13. ADOÇÃO PÓSTUMA	203
12.14. RECONHECIMENTO DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA <i>POST MORTEM</i>	204
12.15. ADOÇÃO DE MAIORES DE IDADE	207
12.16. ADOÇÃO DE PESSOA IDOSA	208
13. AÇÃO DE ADOÇÃO	211
13.1. COMPETÊNCIA	211
13.2. PROCEDIMENTO	212
13.3. AÇÃO DE ADOÇÃO UNILATERAL	214
13.4. A QUESTÃO DO NOME	216
13.5. O FRACASSO DO SISTEMA LEGAL	216
14. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PARENTALIDADE	219
14.1. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	219
14.2. NATUREZA JURÍDICA	221
14.3. COMPETÊNCIA	221
14.4. LEGITIMIDADE	222
14.5. ÔNUS PROBATÓRIO	225
14.6. ALIMENTOS	226
14.7. INVESTIGAÇÃO DA ANCESTRALIDADE	227
15. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	229
15.1. PRESSUPOSTOS	229
15.2. PROCEDIMENTO	230
15.3. RESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR	233
16. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE	235
16.1. UMA VERDADE PRESUMIDA	235
16.2. SÓ QUE NÃO	236
16.3. UM FILHO PARA CHAMAR DE SEU	237
16.4. NATUREZA JURÍDICA	238
16.5. LEGITIMIDADE	239

17. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ASCENDÊNCIA GENÉTICA	243
17.1. NA ADOÇÃO	243
17.2. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	244
18. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	249
18.1. O RECONHECIMENTO DA SOCIOAFETIVIDADE	249
18.2. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	250
18.3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FRATERNIDADE SOCIOAFETIVA	252
19. FILHOS DE MUITOS AFETOS	253
19.1. PAIS SEPARADOS	253
19.2. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR	254
19.3. CONVIVÊNCIA IGUALITÁRIA	258
19.4. PRESUNÇÕES DE PATERNIDADE	259
19.5. REPRODUÇÃO ASSISTIDA	260
19.5.1. Fecundação homóloga	263
19.5.1.1. Inseminação artificial <i>post mortem</i>	263
19.5.2. Fecundação heteróloga	265
19.6. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA ..	266
19.7. REGULAMENTAÇÃO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ..	268
19.8. AUTOINSEMINAÇÃO OU INSEMINAÇÃO CASEIRA	269
19.9. MULTIPARENTALIDADE	271
20. FILHOS PRIVADOS DO AFETO	279
20.1. MUITO OU POUCO AMOR?	279
20.2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	282
20.3. ABANDONO AFETIVO	283
20.4. ASSISTÊNCIA AFETIVA	289
22.5. ALIENAÇÃO PARENTAL	292
20.5.1. Uma síndrome?	295
20.5.2. Atores	296
20.5.3. Autoalienação parental, alienação bilateral ou cruzada	297
20.5.4. A Lei da Alienação Parental	298
20.5.5. Aspectos processuais	302
20.5.6. Avaliações psicológicas e sociais	303

20.6. FALSA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL	305
20.6.1. Incesto	307
20.7. ALIMENTOS	310
20.7.1. Alimentos e convivência	311
20.8. DESCONSTITUIÇÃO DA PARENTALIDADE	313
20.9. DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO	315
SÚMULAS, TESES E ENUNCIADOS	319
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	319
TESES	319
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	320
SÚMULAS	320
TESES	321
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	322
JORNADAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	323
Jornada de Direito Civil	323
JORNADA DE PROCESSO CIVIL	327
JORNADAS DE DIREITO DA SAÚDE	328
JORNADAS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLI- TOS	328
FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA – FONAJUP	329
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM	331
BIBLIOGRAFIA	335